



CONSELHO NACIONAL

Reuniu no auditório Dr. Costa Leal no Montepio Geral



A **Ordem de Trabalhos** abordou a 3ª fase do programa de Capacitação da CPCCRD, o Plano de Actividades e Orçamento para 2023, o Regulamento Geral Interno, a alteração do Regimento do Conselho Nacional e a Resolução sobre a Sustentabilidade Financeira.

30.000
COLECTIVIDADES
ESPERAM POR SI!

Viva saudável e feliz!
Associe-se e participe!

cpccrd.pt



Colaborámos por
PD ISE PORTUGAL 2020



Cultura, Recreio e Desporto para todos!

"Falar da actual importância desta rede associativa é falar da nossa própria maneira de ser e de estar. Em comunidade e com a comunidade."

MARCELO REBELO DE SOUSA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PORTUGAL PRECISA DAS COLECTIVIDADES

Junte-se a nós e faça parte desta Família

EDITORIAL

SUMÁRIO

- P02** VOZ DOS PRESIDENTES
P04 CONSELHO NACIONAL
P05 CAPACITAÇÃO
P09 CNAP - INFORMAÇÃO
P11 PROBLEMAS COM SOLUÇÕES
P12 ATIVIDADES DAS ESTRUTURAS
P14 ACTIVIDADES DAS FILIADAS
P16 SOCIEDADE
P18 QUOTIZAÇÃO

Nota: Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.

FICHA TÉCNICA

ELO ASSOCIATIVO:
Propriedade CPCCRD
Rua da Palma, 248,
1100-394 Lisboa
Tel: 218 882 619 / 916 841 315
Fax: 218 882 866

geral@cpccrd.pt

www.facebook.com/confederacao.colectividades

www.confederacaoportuguesa.colectividades.blogspot.com

www.cpccrd.pt



João Bernardino
Presidente da Direção

Novo Ano... Nova vida e o trabalho continua

Caríssimos colegas,

Ao findar um ano e iniciar outro, importa olhar para trás, mas sobretudo ver que desafios em 2023 temos pela frente.

Com todas as incertezas e interrogações que a passagem de calendário comporta, podemos dizer que entramos no novo ciclo, mais fortes, confiantes e determinados em levar por diante os objetivos do nosso Congresso, de julho passado, agora materializados no Plano de Actividades e Orçamento para 2023, aprovado no passado dia 10 de dezembro em Conselho Nacional.

Discutidos e aprovados os documentos, o Conselho Nacional definiu o caminho e os desafios para 2023, sendo a sua perspectiva o resultado síntese das contribuições das Associadas e Estruturas. Um caminho necessário que nos dá a convicção de estar em linha com a determinação diária dos Dirigentes Associativos, Praticantes, Técnicos, Trabalhadores, Famílias e Apoiantes, que com a sua capacidade e vontade associativas teimam em concretizar e fortalecer o seu movimento e programa social, com milhares de acções que alteram a realidade para melhor. Uma força popular única que engrandece o nosso País e o nosso povo.

As Associações de Cultura, Recreio e Desporto constituem de facto a maior “família” associativa em Portugal e também a maior “família” da Economia Social. De acordo com a conta satélite da Economia Social existem no nosso País 71.885 entidades (ou organizações) sem fins lucrativos das quais 32.759 são associações de cultura, recreio ou desporto. Estamos, pois, a falar de 46% de todas as entidades ou associações existentes.

É uma força imensa que tem desafios, transforma, cresce e nos orgulha, proporcionando a valorização do ser humano através da cultura, do desporto e do lazer no compromisso próprio de quando as dimensões individual e social têm as mãos dadas.

Bem-haja a todas e a todos e um Ano de 2023 de concretizações pessoais, familiares e Associativas.



Pandemia e Guerra

Francisco Barbosa da Costa, Dr. | Presidente da Mesa do Congresso

Estamos a viver, hoje, tempos nebulosos de crise e de incerteza que atingem, duramente, as nossas vidas e a existência das instituições de que fazemos parte, nomeadamente, na sua sustentabilidade económica e financeira.

Sendo já limitados os seus proventos e fontes de financiamento, mais se têm agravado e, sobretudo, auspiciam tempos nefastos, com a agravante de não se vislumbrar, para breve, a tão desejada e necessária esperança de dias melhores.

Tal quadro obriga os diferentes patamares do movimento associativo a uma reflexão séria tendente à necessária resposta aos problemas daí decorrentes.

Não podemos deixar de fazer o que deve ser feito. Assim, somos desafiados a procurar vários meios de financiamentos para as nossas atividades e para os projetos com que, diariamente somos confrontados.

Importa ter imaginação e recorrer a outras receitas, nomeadamente, junto do Estado, das Autarquias e do Tecido Empresarial.

Urge realizar atividades em colaboração com outras instituições, otimizando recursos, suscitando também junto de cidadãos qualificados e generosos a sua colaboração benévola para diminuir custos e outros encargos.

É fundamental recriar uma política consequente de limitação de despesas dispensáveis, para que o essencial possa continuar a ser concretizado.

Pela nossa experiência pessoal e institucional estamos habituados “a fazer das tripas coração”, isto é, a fazer o que muitos consideram intangível.

Estou ciente e convicto que somos capazes de ultrapassar esta indesejável procela e que sairemos mais robustecidos e mais bem preparados para o futuro.

Os associativistas de fibra, como nos consideramos, darão o exemplo esperado, motivando, os companheiros de ideal e de vida para que o movimento associativo saia mais forte.

Esta é a minha esperança.



O Movimento Associativo Popular perante o aumento do custo de vida

Paula Marques, Dr.ª | Presidente do Conselho Fiscal

O Movimento Associativo Popular constitui uma parte da sociedade que está organizada e representada.

Para além da sua força humana o MAP é portador de uma força ética e um património de valores que lhe confere características específicas muito marcantes como escola de vida colectiva, de solidariedade, generosidade, independência, de transformação e inovação social, de inserção social, de cidadania e de humanismo.

O agravamento das condições de vida da população e dos trabalhadores em resultado do aumento do custo de vida gera um fenómeno contraditório na resposta do MAP tendo em conta que, por um lado, as dificuldades dos trabalhadores e da população reflectem-se na menor disponibilidade para assumir responsabilidades associativas mas, por outro lado, são exactamente os graves problemas sociais sentidos pela população que acabam por ser um dos mais fortes motivos para um crescente sentimento de indignação e a necessidade de encontrar respostas colectivas e associativas.

Por isso, é preciso defender, reforçar, apoiar e promover o Movimento Associativo Popular para que a Democracia e a participação dos cidadãos na vida social seja reforçada.

Daniel Figueiredo | Vogal da Direcção

Conselho Nacional no auditório Dr. Costa Leal



No dia 10 de dezembro reuniu o Conselho Nacional da CPCCRD no auditório Dr. Costa Leal no Montepio Geral em Lisboa. “O Conselho Nacional é o órgão deliberativo da CPCCRD entre Congressos, nele sendo definidas as orientações e as formas de concretização das suas competências e das políticas associativas constantes do Plano de Acção para o mandato (...)”.

A Ordem de Trabalhos, constante na convocatória emitida pelos Srs Presidentes da Mesa do Congresso e da Direcção, propunha abordar os seguintes pontos: 3ª fase do programa de Capacitação da CPCCRD; Plano de Actividades e Orçamento para 2023; Regulamento Geral Interno; alteração do Regimento do Conselho Nacional; Resolução sobre a Sustentabilidade Financeira. Após a recepção aos conselheiros e a distribuição de documentos, o Presidente da Mesa, Dr. Barbosa da Costa, deu início aos trabalhos.

No ponto sobre a 3ª Fase do Programa de Capacitação da CPCCRD, inserida no eixo 3.36 do Programa de Capacitação Institucional das Organizações da Economia Social, o Presidente João Bernardino abordou o ponto de situação sobre 3ª Fase da Capacitação e as perspectivas que se abrem para projectar a nova Fase da Capacitação 2023/2030. Apresentou as principais dificuldades encontradas no início do mandato e traçou os objetivos principais para 2023. Fundamentalmente mostrou preocupação com o excesso de trabalho administrativo por via das exigências POISE, mas apontou caminhos para a sua diminuição, com recurso a uma diferente organização interna e focalização no trabalho directo com as Associações. Neste ponto foi efectuado, também, pelos responsáveis dos gabinetes um ligeiro balanço sobre a actividade realizada no ano de 2022.

Em seguida, apresentado o Plano de Actividades para 2023, salientando-se ser um Plano de continuidade com a introdução, no entanto, de propostas de novas iniciativas. Esta proposta foi votada e aprovada por unanimidade.

Para a proposta do Orçamento para 2023 foi necessário fazer um enquadramento. Nos últimos anos tem-se vindo a

acentuar uma forte necessidade de dar maior sustentabilidade à vida financeira da CPCCRD, procurando encontrar um equilíbrio entre as despesas e receitas de modo a anular as necessidades presentes e ao mesmo tempo garantir necessidades futuras, com a construção de um orçamento equilibrado e sustentado. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Sobre o Regulamento Geral Interno da Confederação foi feita uma abordagem geral dos objectivos da proposta, bem como, a sua apresentação nalguns dos seus detalhes, tendo este sido aprovado por unanimidade.

Foi realizada, também, uma apresentação genérica do Regimento do Conselho Nacional pelo Presidente João Bernardino, tendo a sua votação ficado para o próximo Conselho Nacional.

A proposta de Resolução sobre sustentabilidade financeira foi, após discussão, aprovada por unanimidade, permitindo lançar uma Campanha para Recuperação e Regularização da Quotização em atraso, reforçando princípios estatutários e a solidariedade de toda a nossa estrutura.

Para o final dos trabalhos do CN, a Direcção entendeu que o conteúdo da Nota Associativa de novembro sobre o aumento do custo de vida, devesse ter um pronunciamento e votação por parte do CN. Sob a forma de moção acabou por ser aprovada.

Tendo sido cumprido o acto, com a salutar participação dos diversos conselheiros ao longo da sessão, no final foram entoados os Hinos Nacional e Ideal Associativo após os quais o Presidente da Mesa, Dr. Barbosa da Costa, deu por encerrados os trabalhos.

3ª Fase do Programa de Capacitação da CPCCRD

Inserida no eixo 3.36 do **Programa de Capacitação Institucional das Organizações da Economia Social** **Membros do Conselho Nacional da Economia Social (CNES)**, esta 3ª Fase do Projeto tem como objetivo capacitar os **DAV's (Dirigentes Associativos Voluntários)** que fazem parte das filiadas da Confederação. Com a **Capacitação**, a Confederação pretende que os DAV's estejam abertos às novas tecnologias e à troca de informações e de experiências, susceptíveis de gerarem um reforço de conhecimentos e/ou uma aquisição de novas competências, sendo estas potenciadoras de mudanças e inovações, que permitirão uma melhor adaptação do **MAP (Movimento Associativo Popular)**, pensando no futuro deste.

Todo o MAP, sem excepção, sofreu, de algum modo, consequências derivadas da Covid-19. Foi uma etapa difícil que levou a adaptações em todas as frentes e, foi também durante este período, que se pôde verificar a mais-valia da **Capacitação dos DAV's** na expansão da mudança e no uso de novas tecnologias como consequência do período de confinamento. Este tipo de **Capacitação** permitiu que muitas filiadas da Confederação continuassem a desenvolver as suas actividades, embora de um modo diferente: via online. Foi uma adaptação para muitos, mas que valeu a pena, pois permitiu a reabertura de muitas Colectividades que permaneciam encerradas. Permitiu também que as Colectividades continuassem o seu percurso/evolução, que é de extrema importância, tendo em conta que são elas que constituem os pontos de encontro das populações para o desenvolvimento da sua cultura e das suas tradições.

Os **Gabinetes de Polo Atendimento à Economia Social** também foram primordiais nesta fase pois estiveram presentes para as Colectividades filiadas e



Sandra Toco
Gestora de Projeto da CPCCRD

para as não filiadas, num momento em que se levantaram imensas questões legais acerca do funcionamento destas. Atualmente, continuam abertos e disponíveis para as Colectividades, estando estas, desde já, convidadas a se deslocarem aos mesmos sempre que sentirem alguma necessidade.

Apesar do **trabalho em rede** ter tido a sua tarefa dificultada com a Covid-19, este foi novamente

incrementado de modo crescente (**a nível nacional e europeu**), como foi demonstrado nas comemorações presenciais do **Dia Nacional das Colectividades** e em tantas outras iniciativas realizadas durante o ano corrente pela Confederação.

A **Capacitação** também permitiu um reforço a nível da capacidade institucional através das formações presenciais realizadas em diversas universidades e politécnicos em todo o país, durante o ano de 2022. A pertinência destas está ligada às carências demonstradas pelas Colectividades, sendo os módulos desenvolvidos de modo a responder às suas necessidades e ao desenvolvimento de boas práticas no associativismo.

Mas, esta 3ª Fase também tem correspondido a um período de mudanças e de adaptações na própria Confederação: houve um **Congresso Extraordinário**, em março, para debate dos **novos estatutos** e um **Congresso Eleitoral**, em julho, dando lugar a **novos órgãos sociais**.

Podemos concluir que o **Projeto da Capacitação** tem sido uma mais-valia na constituição de um sistema de assimilação progressiva de novos conhecimentos e experiências, não só para as filiadas, mas também para a Confederação, na edificação do caminho para a criação de um *ideal associativo* (como indica o Hino da CPCCRD).



As sinergias

Marlene Soares | Vogal da Direção e responsável pelo Gabinete Polo de Atendimento Centro

Seis meses se passaram desde o Congresso Eleitoral realizado em Julho. Uma nova direcção levou à reorganização das tarefas, ficando responsável pelo Gabinete Centro e todos os concelhos que a ele estão implícitos. Tarefa que tem sido exigente, desafiadora e de aprendizagem diária.

Após algumas reuniões realizadas de forma online, a Comissão Permanente do GPA Centro, realizou no passado dia 18 de Novembro um encontro presencial na Covilhã. Com o intuito de todos se conhecerem pessoalmente, mas acima de tudo para falar sobre os problemas com que o Movimento Associativo se depara e definir objectivos a desenvolver de futuro. O melhor que o movimento associativo tem, são as pessoas e a ligação que têm umas com as outras e as suas coletividades, as sinergias que se criam e que produzem riqueza cultural, social, recreativa e desportiva.

É urgente a necessidade do reforço Associativo na zona Centro e a criação destas sinergias. Temo-nos apercebido que muitas coletividades não voltaram a abrir portas, após o surto da Covid-19 e verificamos que

outras passam por tempos muito cinzentos, tendo em conta a situação social e económica que hoje vivemos.

Cada vez mais, devemos unir-nos e dar força e voz à Confederação, compreendendo que cada um de nós pode ser essa voz e esse elemento diferenciador.

No encontro presencial da Comissão Permanente, foram levantadas necessidades e apontadas notas a ter em conta no próximo ano 2023 e durante todo o mandato:

- Dar continuidade ao funcionamento da Comissão Permanente do Gabinete Centro, envolvendo e responsabilizando mais dirigentes;
- Envolver todos os elementos da Comissão Permanente, em visitas mensais às filiadas, com quotas em atraso, como resposta positiva à sustentabilidade financeira;
- Desenvolver medidas de esclarecimento sobre a importância nacional da Confederação, como processo para o reforço associativo e respectiva correspondência à angariação de novas filiadas;
- Dar continuidade ao Processo de Capacitação POISE assim como pensar sobre a sua possível continuidade;
- Ao nível das estruturas, a criação e reativação de estruturas é de máxima importância para a promoção, dinamização e coordenação do Movimento Associativo em colaboração com a Confederação;
- Desenvolver um encontro presencial regularmente, com o intuito de estreitar relações e promover o Movimento Associativo pelos diferentes distritos.

Ao nível de iniciativas, está a ser pensada uma tertúlia associativa a ser desenvolvida no início do próximo ano, com o objetivo de levar para a discussão coletividades que sejam exemplos, agentes diferenciadores na sociedade, seja a nível local, regional ou até mesmo nacional.





A necessidade do reforço Associativo a Norte

Adelino Soares | Vice-Presidente da Direção e responsável pelo Gabinete Polo de Atendimento Norte

Passos importantes com objectivos de corresponder a tal necessidade de reforço associativo, foram dados neste período após o último Elo associativo, através da realização de duas interessantes iniciativas realizadas a Norte.

Uma, a realização de uma reunião no Gabinete Norte da Confederação, para a qual foram convidados todos os Dirigentes eleitos do Distrito do Porto para os Órgãos Sociais da Confederação, assim como todos os Presidentes das Estruturas Associativas.

A segunda, através da realização de uma outra Reunião, no Circulo Católico Operário de Barcelos, com objectivo de reunir Dirigentes do Distrito de Braga.

Ambas, permitiram conhecermo-nos ou rever outros dirigentes assim como o proceder à apresentação dos responsáveis pelo trabalho de Direcção Nacional nos respectivos Distritos, no caso em concreto, Laurinda Figueiras e Adelino Soares, e dos objectivos a trabalhar em toda a região, traçados nos dois Congressos de 2022.

Independentemente do grau de participação presencial ou online em cada reunião, não deixou de ser evidenciada a importância da junção da experiência de uns, e a de outros novos mais jovens, mas não menos experientes, através de recolha de opiniões de todos, assim como a observação de injeção de sangue novo no trabalho a desenvolver.

Aos problemas “velhos” como seja o covid, juntamos agora na nossa análise, as preocupações para com o aumento do custo de vida originado pela guerra e sanções, factos que na sequência desta, vieram criar outras dificuldades ao movimento associativo.

Algumas medidas necessárias

Em ambas as reuniões, alguns objectivos foram apontados para se corresponder à necessidade do reforço da nossa acção, os quais serão peças importantes

na estratégia de trabalho futuro para toda a região Norte.

- Desenvolver medidas de esclarecimento sobre a importância nacional da Confederação, como processo para o reforço associativo, e respectiva correspondência à angariação de novas filiadas por Concelho, em cada Distrito;
- Traçar metas de recuperação do pagamento de quotas de filiadas com quotas em atraso, como resposta positiva à nossa necessária solução de sustentabilidade financeira;
- Dar continuidade ao Processo de Capacitação POISE assim como pensar sobre a sua possível continuidade; Estabelecer aplicação de outros processos de módulos formativos enquanto respostas às necessidades das associações em cada Concelho;
- A par do encontro de soluções de envolvimento positivo entre a Direção Nacional da Confederação e as Estruturas, através de soluções para que se ultrapassem dificuldades de relações existentes, é necessário desenvolver esforços para reactivar as que estejam inactivas, assim com proceder à criação de novas Estruturas Concelhias. Evidenciar a importância de cada uma, agora que assumem outras responsabilidades nacionais, como elo importante de uma ligação associativa organizada;
- Reunir com o Movimento Associativo estabelecendo objectivos e realização em cada Concelho, em cada Distrito, tendo como objectivo a realização de encontro associativo a Regional ou todo o Norte;
- Dar continuidade ao funcionamento da Comissão Permanente do Gabinete Norte e da sua Direcção, envolvendo e responsabilizando mais dirigentes assim como todos os outros recentemente Eleitos.
- Reunir sempre que necessário com todos os dirigentes dos actuais órgãos sociais da Confederação, de forma que não condicione a sua participação nas suas respectivas responsabilidades.

Utilizar os objectivos apontados, para a elaboração de um PA/O próprio para o Gabinete Norte para 2023, como forma de compromisso e solidariedade associativa e reforço associativo a Norte.

Estudar medidas para aplicação dos objectivos do PA/O da Confederação/2023 a ser aprovado no CN de 10 de Dezembro.



Movimento Associativo Popular no Alentejo – Força viva de desenvolvimento

Sara Dimas Fernandes | Vice-Presidente da Direção e responsável pelo Polo de Atendimento Sul

As Associações / Coletividades deste grande movimento caracterizam-se por serem organizações da Economia Social, sem fins lucrativos e terem sempre nos seus Órgãos Sociais pessoas que são Dirigentes Associativos Voluntários, Benévolos e democraticamente eleitos.

Temos um património histórico ímpar, tendo estado sempre à frente do tempo no que diz respeito ao trabalho comunitário de cariz social nas mais variadas vertentes: nas campanhas de alfabetização, no ensino da música, na promoção do envelhecimento activo, na garantia do desporto para todos, no acesso à cultura, na defesa das populações. Os clubes, colectividades e associações do MAP substituem o Estado em muitas das suas funções sociais, o seu trabalho de proximidade e envolvimento são importantes peças na mitigação do isolamento, no acompanhamento dos mais frágeis e na prevenção da doença mental.

Em muitas freguesias do Alentejo onde já tudo fechou, centros de saúde, correios, posto da GNR, escolas, o único local que ficou aberto foi a Associação e a recente situação pandémica, com o encerramento de muitas destas colectividades, veio por a nú a importância da sua acção.

De acordo com a Conta Satélite da Economia Social de 2016, o MAP conta mais de 30 000 colectividades, correspondendo a cerca de meio milhão de dirigentes associativos. Esta força de voluntários é muitas vezes esquecida pelas Autarquias e pelo Estado Central, sendo por isso necessário um olhar reforçado para que este trabalho não pare. As ameaças surgem por via da alteração das leis laborais e o desregulamento dos horários de trabalho; dos baixos salários e da necessidade de acumulação de empregos; do aumento das exigências administrativas; do aumento do custo de vida; sem as contrapartidas necessárias, como a formação para dirigentes, a disponibilização de apoios técnicos específicos ou gabinetes de apoio ao associativismo popular em cada município. Está na hora de olhar para o MAP, não como uma despesa, mas sim um investimento.

Agora que Évora está na corrida para ser Capital Europeia da Cultura 2027, importa relembrar que por trás de cada consagração UNESCO ligada à nossa região, esteve o papel de uma ou várias associações: o centro histórico de Évora, o cante alentejano, o Figurado de Estremoz, a Arte Chocalheira, a Falcoaria e as Festas do Povo de Campo Maior.

Como tudo, também o MAP está em permanente mudança. Os desafios dos novos tempos exigem novas perspectivas, temas e formas de organização, mas os objectivos não são, na sua essência, muito diferentes do que têm sido: juntar pessoas em torno de interesses comuns, ganhando com o trabalho colectivo o que não se ganharia com a soma de cada indivíduo, numa perspectiva solidária, fraterna e democrática.

**Viva o Movimento Associativo Popular!
Viva o Alentejo!**



O Orçamento de Estado para 2023 e as propostas do Movimento Associativo Popular

A Assembleia da República (AR) aprovou no passado dia 25 de novembro o Orçamento de Estado para 2023 (OE 2023) que dotou o País de um instrumento indispensável de gestão e que dele em muito depende o evoluir das nossas condições de vida.

Em outubro passado, o Conselho Nacional do Associativismo Popular (onde para além da CPCCRD integram a Federação do Folclore Português, a Confederação do Desporto de Portugal, a Confederação Portuguesa do Voluntariado, a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, a Federação Nacional de Voluntariado em Saúde, a Federação Portuguesa de Teatro Amador, a Federação Portuguesa de Cineclubes e a Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais) aprovou em plenário um conjunto de medidas necessárias e indispensáveis que remeteu ao Sr. Primeiro Ministro e ao Ministro das Finanças para serem tidas em conta no documento a apresentar à AR e que passamos para conhecimento a discriminar:

Propostas por Ministério:

1. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

- 1.1.** Regularização das relações de trabalho e mais emprego no Associativismo através de um Programa Específico de Apoio ao Emprego no MAP, tendo por objectivo regularizar as situações existentes, criar um posto de trabalho por cada entidade e reforçar os recursos humanos contratados para apoio aos Dirigentes Associativos Voluntários e Benévolos.

Criação de 5.000 postos de trabalho, o que representará um enorme impacto na dinamização da economia local, regional e nacional, que se detalha da seguinte forma:

Remuneração Tributável (anual)	52.500.000,00 €
Anual - Segurança Social 11%	5.775.000,00 €
Anual - IRS (8%)	3.600.000,00 €
Anual Segurança Social - 23,75%	12.468.750,00 €
Anual Fundo de Compensação	525.000,00 €
Anual de Seguro	450.000,00 €

O impacto da criação destes 5.000 postos de trabalho, representa anualmente uma contribuição para a Segurança Social de 22.818.750,00€.

2. Ministério da Cultura

- 2.1.** Salvaguarda dos Arquivos Associativos das Federações e Confederações no valor de 750m€.
- 2.2.** Capacitação das entidades da Cultura Popular e Tradicional no valor de 500m€.
Nesta medida não está considerada a CPCCRD por estar incluída no processo de Capacitação das Entidades com assento no CNES no âmbito do POISE.2020.

3. Ministério da Administração Interna

- 3.1. Apoio financeiro para a realização do diagnóstico e elaboração dos Planos de implementação das Medidas de Auto Protecção Contra Incêndios no valor de 500m€;
- 3.2. Apoio financeiro na implementação das Medidas de Auto Protecção Contra Incêndios no valor de 7,5M€;
- 3.3. Isenção do pagamento de licenças à Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil quando submetidos os Planos de Auto Protecção Contra Incêndios;

4. Ministério das Finanças

- 4.1. Isenção de IRC até ao montante de 30m€ de saldo nas actividades associativas.
- 4.2. Isenção do IVA, redução do IVA ou atribuição de subsídio anual igual ao IVA pago no ano anterior na aquisição de material e equipamentos desportivos de uso colectivo e associativo.

5. Ministério da Educação (via IPDJ)

- 5.1. Apoio financeiro às entidades que promovam os Jogos Tradicionais como forma de ocupação dos tempos livres, intergeracionalidade e defesa da identidade cultural no valor de 200m€.
- 5.2. Apoio às entidades que promovam actividades recreativas e desportivas no âmbito do conceito “Desporto para TODOS”, visando as boas práticas de actividade física com impactos positivos na saúde física e mental e o envelhecimento activo e saudável nos mais idosos no valor de 500m€.
- 5.3. Apoio financeiro às actividades desportivas, no período pós pandemia, por via das Federações Desportivas, no valor 15M€.

Entretanto a proposta final apresentada pelo Governo na AR a 10 de outubro não contemplou, infelizmente, nenhuma das questões que apresentámos.

Nesse sentido pedimos uma reunião à Comissão de Orçamento e Finanças da AR, que se realizou a 9 de novembro, onde voltámos a colocar as principais reivindicações do Movimento Associativo Popular, acrescentando as questões inflacionárias e os custos de energia com reflexos nas nossas Associadas.

1. Reembolso em forma de subsídio extraordinário, no valor correspondente à diferença entre o IVA (23%) pago em 2021;
2. Redução do IVA para 13% sobre as várias fontes de energia para toda a actividade associativa sem fins lucrativos;
3. Redução do IVA para 6% nos combustíveis (gasóleo e gasolina) para as actividades das entidades associativas com Estatutos de Utilidade Pública.

Infelizmente, o resultado final com a aprovação do OE 2023 em 25 de novembro passado, com os votos favoráveis do PS, as abstenções do PAN e Livre, e o voto contra dos restantes partidos (PCP, BE, PSD, IL e CHEGA) não assegurou questões importantes para o Movimento Associativo Popular, assente nas propostas que atrás referimos.

Entre outros aspectos, salientamos questões importantes para o Associativismo e que nos foram negadas:

1. Não é contemplado qualquer apoio à cultura popular;
2. Na revisão do Estatuto do Mecenato todo o articulado pressupõe, e bem, a criação profissional mas deixa de fora o Associativismo Popular;
3. Os serviços culturais, recreativos e religiosos – desporto, recreio e lazer têm zero de dotação;
4. Não é contemplada a alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, artigo 54º, para a alteração do valor de isenção do IRC para as Colectividades Desportivas, de Cultura e Recreio, mantendo-se os 7.500 euros em vez dos 30.000 euros que exigimos;
5. O Desporto popular é esquecido e o essencial das verbas inscritas, mesmo assim insuficientes, são canalizadas para as Federações com protocolos com a Administração Central;
6. Sobre os combustíveis, nada foi contemplado neste OE 2023 ficando como um flagelo para o funcionamento das nossas Associações.

Em resumo, podemos dizer:

1. **É um mau orçamento para o Movimento Associativo Popular que responsabiliza quem o aprovou.**
2. **Esperamos que mesmo assim o Governo saiba no decorrer de 2023 ir ao encontro das necessidades das nossas 33.000 Colectividades e Clubes.**

PROBLEMAS COM SOLUÇÕES

A Confederação responde!

1

Queremos pagar as licenças da SPA e Passmúsica. Existe forma de termos desconto?

2

Inscrições e seguros desportivos caros.

3

Precisamos de fazer obras. Como fazer e onde procurar apoio?

4

Não sabemos se temos todas as licenças para abrir a sede e o bar. Como fazer?

5

Não conhecemos a lei ou temos dificuldades na sua interpretação.

6

Os equipamentos desportivos são caros.

7

Instrumentos culturais caros.

8

Pagamos muito de IMI.

9

Queremos realizar um evento cultural e provas desportivas e não sabemos como proceder.

11

Queremos melhorar a divulgação das nossas actividades.

12

A formação desportiva é cara.

10

Realizamos actividades culturais ou desportivas. Podemos ter participação das autarquias?

14

Fazer uma peça de teatro amador é dispendioso.

15

Os equipamentos desportivos são caros.

13

Para fazer uma prova é necessária a presença das Forças de Segurança. Mas é muito caro.

17

O preço dos transportes e combustíveis estão muito caros.

18

Como fazer as actas das reuniões?

16

Quais as nossas obrigações fiscais?

19

Qual o calendário para o Relatório de Actividades e contas ser aprovado?



CPCCRD

CONTACTE-NOS!

“Grupo ACREART - Artes Cénicas”

A 19 de setembro de 2008 constituiu-se o Grupo ACREART - Artes Cénicas por iniciativa da Direção da Academia Recreio Artístico. Este é um projeto importantíssimo de inclusão e oportunidade, com vocação sociocultural e inédito no país, grupo de teatro amador constituído por um elenco onde se cruzam em cena atores cegos, com baixa visão (ambíopes) e normovisuais.

No mês de novembro o Grupo ACREART apresentou a peça "Maria Clara" com exhibições no Salão António Pedro na sede desta que é a Colectividade mais antiga de Lisboa, a Academia Recreio Artístico, e no pólo da ACAPO - Associação de Cegos e Ambíopes de Portugal do Vale de Santo António.

Esta é a nona obra levada a cena pelo Grupo ACREART e com o apoio da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. "Maria Clara" é uma peça que foca a vida de uma família comum em que a certa altura um dos principais elementos da família é surpreendida pela cegueira. Maria Clara é uma pintora que por motivo da cegueira deixa de fazer aquilo que mais gosta, a pintura, mas resolveu esconder tudo da família. Um dia decidiu organizar uma reunião familiar para dar conhecimento da situação e das suas intenções... O final da peça deixo para vocês verem, pois será bom que a mesma tenha aceitação, divulgação e seja vista por todos nós!

Na minha opinião é a peça ideal para quem viveu o drama de dois anos de pandemia, como é o caso de



cada um de nós, as nossas famílias e as nossas coletividades. Soluções e atitudes foram tomadas face à mesma, mas muitas vezes pela força da união, quer familiar, quer associativa, se travaram muitas tragédias... Finalmente vamos podendo por em prática algo de que o COVID19 nos amputou, na cultura, no desporto e no bem social. As Colectividades estão a voltar lentamente. Vamos levar algum tempo a recompormo-nos mas havemos de lá chegar e continuar a mostrar o peso que as mesmas continuam a ter na sociedade e no País.

Apelo às nossas Colectividades que entrem em contacto com a Academia Recreio Artístico (ARA) e saibam como podem ter esta "Peça" para iniciar da melhor maneira o ano de 2023.

Albano Ginja - ACCL

O Associativismo por terras do interior – Guarda

Sabemos muito bem da importância do contacto presencial nas colectividades e para as pessoas. Nos últimos tempos somam-se muitos “contras”. Primeiro a pandemia covid 19, agora o aumento do custo de vida por força do aumento da inflação, o desinteresse do poder central e as dificuldades da população em geral. Há problemas no associativismo em Portugal que se acentuam.

A diferença de associações no litoral e o interior é grande e com outros problemas. O envelhecimento da população, as dificuldades em aceder a fundos europeus, as dificuldades na gestão e cumprimentos de tantas e tantas exigências da máquina fiscal.

Sobreviver é cada vez mais difícil. Os tempos são muito duros, muito exigentes. O futuro do associativismo voluntário e benévolo está nas nossas mãos. Se nada fizermos, estes podem mesmo ser os dias do fim para muitas associações.

Impõe-se a aprovação do estatuto fiscal e do dirigente voluntário. Se substituimos a obrigação do estado, será possível ficarmos indiferentes?

Dou como testemunho duas colectividades com as portas fechadas e outra que deixou de manter a porta aberta com regularidade, onde e agora qualquer visita à sede deverá ser agendada.

António João Moreira - Associação C.S.C.Coriscada

SEMINÁRIO "DIREITO A CRESCER E SER FELIZ"

Move Associativismo do Bombarral

O Move Associativismo do Bombarral, realizou no dia 20 de novembro de 2022, na Sociedade Recreativa Sobralense, o seminário "Direito a Crescer e ser Feliz". Esta atividade foi organizada pelo Move Associativismo - Bombarral, e vem no seguimento da comemoração do "Dia Europeu para a protecção de Crianças contra a Exploração Sexual e Abuso Sexual."

O Seminário contou com três Oradoras convidadas, Dr^a Ana Paias (Psicóloga Clínica e técnica da CIG), Enf^a Alexandra Cosme (Enfermeira de Saúde Infantil do ACES Sul), e a Prof. Ana Laranjeira (Prof. do 1º Ciclo e Membro do Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres). As oradoras abordaram várias temáticas, focadas nos direitos das crianças, deixaram conselhos muito práticos, e acima de tudo existiu uma grande partilha com os presentes, que puderam expor as suas dúvidas e contribuir com os seus conhecimentos!

O Move Associativismo do Bombarral, com estas iniciativas, pretende fomentar a responsabilidade civil das associações perante problemáticas atuais, contribuindo assim para as comunidades, nesta vertente da informação e formação das pessoas.

Parabéns às Associações/Coletividades presentes, o Move é vosso e são Vocês (juntos) que elevam este movimento!



A Coordenação do Move Associativismo - Bombarral

Conceição Brazão

(Conselheira Nacional do Bombarral da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto)

Carlos Moreira

(Coordenador do CLDS 4G do Bombarral)

Clube Recreativo Delgadense

(Associação Elo da CPCCRD)

ENCONTRO DE COLECTIVIDADES DO CONCELHO DE ALENQUER

Principais problemas e desafios associativos

Realizou-se no passado dia 22 de Outubro na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Alenquer, o Encontro de Colectividades do Concelho de Alenquer - Principais problemas e desafios associativos, organizado pela Confederação Portuguesa de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), com a colaboração das entidades convidadas, Câmara Municipal (CM) e Associação das Colectividades de Alenquer (ACCA).

Participaram como Delegados, 51 dirigentes de Associações e Colectividades de todo o concelho, em debate bastante vivo em torno da OT proposta pela organização, dos problemas que, apesar de transversais, afetam o associativismo no Concelho de Alenquer, tais como:

- 1) Auscultação de sentimentos dos representantes das colectividades;
- 2) Importância da CPCCRD no Movimento Associativo Popular;
- 3) Processo de licenciamento das colectividades;
- 4) Formação para dirigentes associativos no âmbito do POISE;
- 5) Importância da continuação destes encontros no futuro organizados pela ACCA.



O Encontro teve como oradores João de Matos Bernardino - Presidente da CPCCRD; Cláudia Luís - da CMA em substituição do Vice-Presidente Rui Costa; Pedro Espada Cordeiro - Presidente da ACCA; Moderador - Veladimiro Matos - Conselheiro Nacional da CPCCRD.

Veladimiro Matos - Conselheiro Nacional da CPCCRD

REUNIÃO DE ASSOCIAÇÕES DE SESIMBRA

A Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal promoveu no passado dia 17 de Novembro de 2022 uma reunião das Associações do concelho de Sesimbra. Essa reunião teve lugar nas instalações do Centro Recreativo Voz do Alentejo situadas na Quinta do Conde.

Quase duas dezenas de associações, muitas delas não filiadas na CPCCRD, analisaram a situação do Movimento Associativo pós-pandemia, mencionando as dificuldades que muitas delas tiveram, tal como aconteceu um pouco por todo o Movimento Associativo Popular durante este período, sendo que algumas não conseguiram ultrapassar estas circunstâncias e ainda não retomaram as suas actividades.

No último ponto da ordem dos trabalhos os dirigentes presentes tiveram ocasião de debater sobre a pertinência da criação de uma Associação Concelhia de Coletividades do Concelho de Sesimbra, tendo este assunto ficado para reflexão dos dirigentes associativos já que só a eles cabe a responsabilidade da criação duma estrutura descentralizada da CPCCRD.



Esta reunião foi precedida por uma reunião na sede social da FCDS com os responsáveis das Associações concelhias de Almada, Seixal, Barreiro e Setúbal, e com a mesma ordem de trabalhos, por outras duas reuniões também promovidas pela FCDS. Estas realizadas, na Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros" dirigida às Associações do concelho de Palmela, e no Clube Desportivo, Cultural e Recreativo "Os Unidos", no Montijo, dirigida às Associações dos concelhos do Montijo e Alcochete.

ACTIVIDADES DAS FILIADAS

A RÁDIO DA QUINTA DO CONDE FEZ DEZ ANOS

A Rádio da Quinta do Conde (RQC) cumpriu o seu 10º aniversário no dia 19 de Novembro de 2022.

Para a celebração dessa efeméride convidaram a CPCCRD, que se fez representar pelo seu Secretário da Direcção Joaquim Escoval, bem como outras entidades associativas e autárquicas do concelho de Sesimbra e da freguesia da Quinta do Conde.

Há 9 anos atrás esta rádio local já havia sido distinguida como órgão de comunicação social pela CPCCRD por ocasião do Dia Nacional das Colectividades que então se celebrou.

Os muitos presentes nesta cerimónia de aniversário, que decorreu nas instalações do Centro Recreativo Voz do Alentejo na Quinta do Conde, puderam não só assistir às intervenções dos responsáveis autárquicos e do representante da CPCCRD bem como à exibição de grupos e artistas culturais e desportivos amigos da RQC.



A SFUA 1º DE DEZEMBRO FEZ 124 ANOS

Após várias tentativas para encontrar uma Direção estável e empenhada em voltar a dar à Associação o brilho e a actividade que já teve outrora foi possível com um grupo de filiados de todas as idades e com uma boa parcela do sexo feminino para dirigir a SFUA 1º de dezembro em Santo António da Charneca, no Barreiro.

A CPCCRD teve a honra de ser convidada para as celebrações do 124º aniversário e fez-se representar pelo seu Secretário Joaquim Escoval.

Destas celebrações fizeram parte uma arruada com a Charranga Huga-Huga do Rosário, um almoço convívio que reuniu cerca de 100 pessoas e de uma sessão solene na qual foi distinguido o sócio nº1 da SFUA.

Mais do que as celebrações que foram efectuadas no dia da independência nacional, ficou o empenho em dar a volta ao edifício sede, quer com pinturas, lavagens e limpezas que há muito tempo se impunham efectuar.

De destacar ainda a vontade em retomar a actividade cultural e de lazer, estando já agendadas peças de teatro e almoços regulares entre os filiados bem como os tradicionais bailaricos de fim-de-semana.

Telmo Carabineiro o novo presidente da SFUA não se esqueceu de frisar na sua intervenção que é firme



a vontade de estreitar relações de cooperação com a outra Associação da Freguesia de Santo António da Charneca, o Santoantoniense Futebol Clube, pondo assim fim a uma prática de muitos anos em que as duas colectividades embora muito próximas fisicamente estavam muito longe em termos de projectos e iniciativas conjuntas, bem como, em termos de cooperação mútua.

Que estas bonitas comemorações tenham sido o prenúncio de um futuro mais brilhante para a SFUA é o que a direcção da CPCCRD deseja e para isso dará o apoio que lhe for solicitado e que seja possível prestar.

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO SAMORENSE EM FADO

A Sociedade Filarmónica União Samorense realizou no passado dia 5 de Novembro, no Centro Cultural de Samora Correia, um concerto da temporada da Música "SFUS em Fado". No final e para os participantes, foi a prova de que o MAP consegue identificar os seus desafios e superá-los. A Banda da SFUS, sob a batuta do maestro Henrique Ruivo, convidou os fadistas António Pinto Basto e Catarina Foguete para um concerto que certamente deixará grandes memórias.



Jaime Salomão Alves reconhecido pela Confederação Portuguesa de Voluntariado



Por iniciativa da Confederação Portuguesa de Voluntariado, em parceria com a Câmara Municipal de Cascais, foram realizadas as comemorações do Dia Internacional do Voluntário 2022, no Auditório da Casa das Histórias Paula Rego, em Cascais, dia 5 de dezembro.

Por proposta da direcção da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, foi reconhecido o dirigente Jaime Salomão Alves com a Menção Honrosa na Categoria Carreira, no âmbito do Troféu Português do Voluntariado atribuído pela CPV, tendo sido considerado o seu percurso como “inspirador”.

Jaime Salomão Alves nasceu a 24 de fevereiro de 1940. Profissionalmente esteve 34 anos na mesma empresa integrando o seu Grupo de Teatro de 1964 a 1972. Em 1972 foi eleito Delegado Sindical dos Metalúrgicos, cargo que ocupou até 1979, passando a pertencer ao SIESI - Sindicato das Industrias Eléctricas do Sul e Ilhas, sendo eleito para a sua Direcção onde esteve até 1994.

No seu percurso cívico conta com a participação em órgãos autárquicos. Após o 25 de Abril de 1974, assume o cargo de Tesoureiro da Junta de Freguesia de Santiago na sua Comissão Administrativa. Em 1977, integra a Assembleia de Freguesia de Santiago. Em 1989, é eleito Presidente da Junta de Freguesia do Castelo onde permaneceu até 2001. No mandato Autárquico de 2001 a 2005 é membro da Assembleia de Freguesia do Sacramento, passando no mandato seguinte a Presidente da Assembleia de Santiago. Durante este período, como membro da Assembleia Municipal de Lisboa, pertenceu à Comissão de Reabilitação Urbana e também à Comissão de Segurança de Lisboa.

No Movimento Associativo Popular, foi Tesoureiro do Grupo

Desportivo do Castelo, em 1977 e transitou para o Secretariado da Mesa da Assembleia-Geral até 1979. Em 2005, passa a membro da Comissão de Segurança de Lisboa, em representação da Confederação Portuguesa das Colectividades. É Presidente da Mesa da Assembleia-geral do Grupo Sportivo Adicense desde o ano de 2006. Foi Vice-Tesoureiro da Direcção da CPCCRD no mandato de 2007/2010, passando a Tesoureiro da Direcção da CPCCRD no mandato de 2010/2013. Foi membro da Mesa do Congresso (mandato de 2013/2016). Foi membro do Conselho Nacional (mandato de 2016/2019). É Vice-Presidente da Assembleia-geral da Horizonte - Centro de Reabilitação Psicossocial.

Protocolo entre a CPCCRD e a AUDIOGEST (PassMusica)



A Confederação das Colectividades de Cultura e Recreio e a AUDIOGEST, assinaram a 5 de Janeiro de 2023, um protocolo de cooperação que possibilitará às suas filiadas de condições especiais de licenciamento.

O documento agora assinado prevê um benefício para as filiadas da CPCCRD, através de desconto face à tabela praticada pela AUDIOGEST (PassMusica), com condições específicas e ajustadas ao Movimento Associativo.

Com a assinatura deste protocolo a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto enquanto instituição que tem como missão o reconhecimento e a valorização do Movimento Associativo Popular, nomeadamente através da apresentação e discussão de diplomas legais adequados e justos para as colectividades de cultura, recreio e desporto.

Actualmente com cerca de 38 estruturas descentralizadas por todo o país (Federações Distritais e Concelhias e Colectividades ELO) e mais 4.400 filiadas, a CPCCRD e a AUDIOGEST uma associação de utilidade pública que tem como objecto a gestão colectiva de direitos conexos, concretamente dos direitos dos produtores fonográficos e videográficos seus associados e os produtores de fonogramas/videogramas associados das suas congéneres estrangeiras que a mandatarão para a representação, licenciamento e cobrança dos seus direitos em Portugal, irão contribuir para uma nova imagem e uma dinâmica mais moderna na gestão dos licenciamentos ao Movimento Associativo Popular.

Reuniões ordinárias da Direcção em 2023

No cumprimento do número 2 do artigo 30º do Regulamento Geral Interno, informa-se que as reuniões ordinárias da Direcção em 2023 serão realizadas na sede da Confederação nas primeiras segundas-feiras de cada mês, excepto nos meses de Janeiro, Maio e Setembro que terão lugar nas segundas segundas-feiras, no mesmo local.

As reuniões deverão ter início às 14.30 horas para os assuntos gerais da Confederação, podendo começar às 11.00 horas caso a extensão da ordem de trabalhos o justifique.

Formação sobre Sustentabilidade Financeira

A Associação de Colectividades do Concelho de Almada realizou no dia 29 de novembro de 2022 na sua sede social uma acção de Formação sobre Sustentabilidade Financeira em parceria com a CPCCRD. A sessão contou com o Augusto Flor como formador.



Curso de Salvaguarda de Arquivos



Numa parceria entre a CPCCRD e a Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas realizou-se um curso sobre Salvaguarda de Arquivos Associativos.

Este curso decorreu em três sábados seguidos, 29 de outubro, 5 e 12 de Novembro, e teve como palco as instalações da CPCCRD na rua da Palma em Lisboa. Participaram, 23 dirigentes associativos essencialmente da região de Lisboa e Setúbal.

O curso teve como formadora a Dr^a Maria José Fidalgo da DGLAB que nele transmitiu não só os con-

ceitos básicos para a Salvaguarda de Arquivos quer permanentes, quer históricos, como ainda abordou, com muita profundidade as tabelas de classificação e avaliação.

A DGLAB - Torre do Tombo vai proceder à realização de mais 4 cursos deste género em colaboração com os Arquivos distritais e municipais, existindo assim a possibilidade de mais dirigentes adquirirem estes preciosos conhecimentos tão necessários à preservação dos Arquivos Associativos, logo, à história de todos nós.

QUOTIZAÇÃO

Direitos e deveres estatutários QUOTA 2023 A PAGAMENTO

Recordamos que algumas das nossas associadas ainda não pagaram a sua quota. Cientes que a sustentabilidade financeira é importante para a liberdade e independência do MAP, apelamos à boa colaboração de todos para continuarmos a nossa missão e mantermos uma voz dialogante com os vários poderes. Direitos e deveres estatutários QUOTA 2023 A PAGAMENTO



Para liquidar a sua quota pode fazê-lo por cheque, vale postal ou transferência bancária via Montepio Geral:

IBAN- PT50 0036 0185 9910 0001 0637 9

Em qualquer caso, deve sempre enviar o respetivo comprovativo, com a indicação do nome da coletividade ou do n.º da mesma para o email geral@cpccrd.pt.